



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO N. 17/2018.

**TERMO ADITIVO N. 07 AO CONTRATO N. 17/2018
(evento 0326462)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0000751-95.2018.6.22.8000

PREGÃO ELETRONICO N. 31/2018

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – EPP, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, APOIO À MANUTENÇÃO PREDIAL E APOIO DE TRANSPORTE.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.775.721/0001-85, com sede na Rua José Marcelino de Oliveira, Passagem Bom Jardim, n. 2, Bairro Centro, Município de Ananindeua, Estado do Pará, CEP: 67.030-170, Telefone(s): (91) 3282-0822 e 98402-1696, E-mail(s): compras_limpar@hotmail.com; limpar_limpezaeconservacao@hotmail.com, neste ato representada pelo Senhor **IGOR CESAR SILVA FURRIEL**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 17.834-57/SSP-PC/PA e CPF 873.922.612-53, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização: Decisão nº 27/2021 (evento 0665533), celebram o presente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto registrar o acréscimo contratual no percentual de 1,10% (um vírgula dez por cento) sobre o valor do Contrato n. 17/2018/TRE-RO (evento [0326462](#)), em razão do acréscimo de 01 (um) posto de Auxiliar Administrativo mencionado na Cláusula Primeira do ajuste originário e para o período indicado na Subcláusula a seguir, conforme detalhado:

Área	Posto de Trabalho	Cód. CBO	Quantidade acrescida neste termo aditivo
Apoio Operacional	Auxiliar Administrativo	4110-05	1

Subcláusula Primeira – O prazo de vigência da prestação do serviço ora acrescido será de **02/03/2021 a 01/03/2022** (data do término da prorrogação do Contrato 17/2018).

Subcláusula Segunda – O presente aditamento compreende os mesmos serviços constantes do Contrato n. 17/2018/TRE-RO, no que se refere aos postos de trabalho de Auxiliar de Administrativo, com as adaptações inerentes à unidade do TRE-RO onde o posto referido será alocado.

Subcláusula Terceira – A lotação do posto mencionado nesta Cláusula, salvo modificação posterior, se dará conforme tabela abaixo, sendo que a fiscalização contratual da execução dos serviços será realizada pelo titular da unidade de lotação (e por seu substituto, em suas ausências), em correspondência com as regras pactuadas no contrato originário (item 18 do Termo de Referência 118, evento [0302512](#), Anexo do Pregão Eletrônico 31/2018, o qual originou a contratação):

Quantidade	Posto	Lotação
------------	-------	---------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1	Auxiliar Administrativo	Seção de Comunicação Social - SECOMS
---	-------------------------	--------------------------------------

Subcláusula Quarta – Aplicam-se ao presente aditivo as demais regras pactuadas no contrato original.

Subcláusula Quinta – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Em decorrência do acréscimo contratual informado na Cláusula Primeira deste instrumento, o presente Termo Aditivo é no valor de **R\$ 69.670,68** (sessenta e nove mil seiscentos e setentas reais e sessenta e oito centavos), conforme detalhado na tabela abaixo:

Posto de Trabalho	Quant. de Postos	Valor Unitário do Posto	Valor Mensal do Posto	VALOR TOTAL (12 meses)
Auxiliar Administrativo	1	R\$ 5.805,89	R\$ 5.805,89	R\$ 69.670,68

Fonte: Informação nº 20/2021/SEAP (evento [0656354](#) do processo respectivo).

Subcláusula Primeira - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral. Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa: 339037.07- Apoio Administrativo.

Subcláusula Segunda - O valor atualizado deste contrato, para fins de cômputo do limite máximo de eventuais acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 6.361.890,22.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA GARANTIA

(Art. 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Aditivo, complementação da **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de R\$ **3.483,53** (três mil quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo.

Subcláusula única – A apresentação da Garantia deverá seguir as exigências da Cláusula Quarta do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Art. 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Art. 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, da Lei 8.666/93, na Cláusula Décima Quinta, Item 3, Cláusula Vigésima Terceira, inciso I, Item 2, c/c Subcláusula Primeira da Cláusula Vigésima Terceira, todas do Contrato nº 017/2018/TRE-RO (evento [0326462](#)).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 1º de março de 2021.

Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA Pelo Contratante	IGOR CESAR SILVA FURRIEL Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 07 AO CONTRATO N.
17/2018/TRE-RO**

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada termo aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
---	---	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato n. 17/2018, assinado em 31/08/2018 – Volume VIII do PA (evento n. 0326462). Vigência de 30 meses, a contar 1º/09/2018. Valor: R\$ 6.016.444,80. (Garantia: R\$ 300.822,24)	R\$ 6.016.444,80	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em 04/10/2018 – Volume X do PA (evento n. 0342232). Acréscimo de 0,24% (a contar de 10/10/2018 a 31/12/2018), em face do acréscimo de posto. Valor total: R\$ 14.403,15 (Garantia: R\$ 720,16)	R\$ 14.403,15	0,24%
Termo Aditivo n. 02, assinado em 07/08/2019 – Volume XIII do PA (evento n. 0440349). Repactuação CCT 2019/2019 que impactou o valor do contrato em 3,65% a contar de 1º/01/2019. Valor total: R\$ 219.651,64 (garantia: R\$ 10.982,58)	R\$ 219.651,64	-
Termo Aditivo n. 03, assinado em 18/02/2020 – Volume XV do PA (evento n. 0505153). Acréscimo de 1,11% (a contar de 19/02/2020 a 28/02/2021), em face do acréscimo de posto. Valor total: R\$ 69.113,68 (Garantia: R\$ 3.455,68)	R\$ 69.113,68	1,11%
Apostila n. 01, assinada em 14/07/2020 – Volume XVIII do PA (evento n. 0559094). Repactuação de 4,41% sobre o valor mensal dos postos (a contar	R\$ 125.793,78	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 1º/01/2020), em face da Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-RO 2020/2020. Valor total: R\$ 125.793,78 (Garantia: R\$ 6.289,68)		
Termo Aditivo n. 04, assinado em 14/07/2020 – Volume XVIII do PA (evento n. 0559095). Acréscimo de 0,51% (a contar de 14/07/2020 a 31/12/2020), em face do acréscimo de posto. Valor total: R\$ 32.398,40 (Garantia: R\$ 1.619,92)	R\$ 32.398,40	0,51%
Termo Aditivo n. 05, assinado em 07/10/2020 – Volume XX do PA (evento n. 0601504). Acréscimo de 0,89% (a contar: Aux. de Serviços gerais de 01/10/2020 a 19/12/2020 e Aux. Administrativo de 01/10/2020 a 01/03/2021), em face do acréscimo de postos. Valor total: R\$ 56.889,12 (Garantia: R\$ 2.844,45)	56.889,12	0,89%
Termo Aditivo n. 06, assinado em 11/01/2021 – Volume XXII do PA (evento n. 0647000). Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 02/03/2021 a 01/03/2022; e Acréscimo de 0,18% (a contar de 01/01/2021 a 01/03/2021), em face do acréscimo de posto de Aux. Administrativo. Valor total: R\$ 2.758.468,08 (Garantia: R\$ 137.923,40)	2.758.468,08	0,18%
Termo Aditivo n. 07, assinado em ___/03/2021 – Volume XXIII do PA	69.670,68	1,10%

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento n. 0665713). Acréscimo de 1,10% (a contar de 02/03/2021 a 01/03/2022), em face do acréscimo de posto. Valor total: R\$ 69.670,68 (Garantia: R\$ 3.483,53)		
---	--	--

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 6.361.890,22
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	4,03%



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 02/03/2021, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/03/2021, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IGOR CESAR SILVA FURRIEL, Usuário Externo**, em 02/03/2021, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 02/03/2021, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 02/03/2021, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0665713** e o código CRC **0A43E7F1**.

0000751-95.2018.6.22.8000

0665713v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 01/03/2021 15:09:46.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000751-95.2018.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Acréscimo Contratual de 01 posto de Auxiliar Administrativo – Contrato n. 17/2018 – Contratada: Limpar Limpeza e Conservação Ltda.-EPP. Prestação de Serviço de apoio administrativo, apoio operacional, apoio à manutenção e apoio de transporte.

PARECER JURÍDICO Nº 4 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa – **LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - EPP** para a prestação de serviços de Apoio Administrativo (Copeiragem, Auxiliar Administrativo, Almoxarife, Recepcionista e Supervisor), Apoio Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais e Jardineiro), Apoio à Manutenção Predial (Oficial de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Manutenção Predial) e Apoio de Transporte (Operador de Empilhadeira e Motorista de Veículo Médio), pelo prazo inicial de 30 (trinta) meses, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 17/2018 ([0326462](#)), o qual se encontra em plena vigência até 1º/03/2022, conforme anotação no 6º Termo Aditivo ([0647000](#)).

02. A Seção de Apoio Administrativo (SEAP) apresenta nos autos a Informação nº 20/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP (0656354) com esclarecimentos da necessidade de ajustar a permanência do posto de auxiliar administrativo, solicitado pela SECOMS, para acompanhar a vigência contratual com termo de prorrogação assinalado em 1º/03/22, haja vista que no Termo Aditivo nº 6 ([0647000](#)) não foi computado para o referido posto os valores da prorrogação contratual.

03. Acrescenta ainda a unidade gestora da contratação (SEAP), que o registro de acréscimo do posto de trabalho da SECOMS para o período de vigência da prorrogação contratual se faz necessário, uma vez que o intuito da SECOMS é a manutenção permanente (e não mais temporária) do posto de trabalho pleiteado. Para tanto, forçoso novo cálculo de valores de percentuais de acréscimo e demais informações para formalização de Aditivo contratual.

04. Recepcionado os autos na SAOFC a secretária em substituição, considerando o teor da informação da unidade gestora, encaminha os autos a COFC para a programação orçamentária e a SECONT para elaboração da minuta de termo aditivo, e após a AJDG para a emissão de parecer jurídico quanto ao acréscimo pleiteado de 01 posto de trabalho de auxiliar administrativo, bem como a minuta de aditivo ([0662990](#)). Por fim, solicita o retorno dos autos ao **GABSAOFC**, para continuidade.

05. Na sequência a **SECONT** junta nos autos, evento 0663413, a minuta do sétimo aditivo ao Contrato n. 17/2020 ([0326462](#)), e a **COFC** realiza a programação orçamentária da despesa para o presente exercício (0663570). Assim instruídos vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer. **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1 Do acréscimo quantitativo

06. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato tem previsão no art. 65 da Lei nº 8.666/93; no Anexo X, item 2.4, da IN



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05/2018, e também inserida na Cláusula contratual Vigésima Terceira, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)

b) quando **necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo** ou diminuição **quantitativa** de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica **obrigado** a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acrécimos** ou supressões que se fizerem nas obras, **serviços** ou compras, **até 25%** (vinte e cinco por cento) do **valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

IN 05/2018

2.4. As alterações deverão ser precedidas de instrução processual em que deverão constar, no mínimo:

- a) a descrição do objeto do contrato com as suas especificações e do modo de execução;
- b) a descrição detalhada da proposta de alteração;
- c) a justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal;
- d) o detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato; e
- e) a ciência da contratada, por escrito, em relação às alterações propostas no caso de alteração unilateral ou a sua concordância para as situações de alteração por acordo das partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – A Contratada obriga-se a aceitar a alteração deste Contrato, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, com as devidas justificativas, conforme abaixo:

I - Decididas unilateralmente pela Administração:

- 1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- 2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93;
- (...)

07. O valor do referido Aditivo foi dimensionado em **R\$ 58.058,90** (cinquenta e oito mil cinquenta e oito reais e noventa centavos), proporcional aos meses do presente exercício. O acréscimo de um posto de trabalho para os 12 meses da prorrogação anotada no TA n. 06 representa o valor de R\$ 69.670,68, portanto, 1,10% (um vírgula dez por cento) do valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do contrato administrativo nº 017/2018 ([0326462](#)), percentual esse que não ultrapassa o limite de 25% imposto pelo § 1º do art. 65 da lei 8.666/93.

08. Assim, não se observa óbice legal para efetivação da modificação unilateral que acumula no contrato acréscimos no percentual 4,03% (quatro vírgula zero três por cento), instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 7 ao Contrato nº 17/2018 ([0663413](#)).

09. Nesses termos, poderá a Administração autorizar o acréscimo com fundamento no artigo 65, I, b” e seu § 1º, ambos da Lei 8.666/93 c/c a CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA, I, 2., e sua Subcláusula Primeira, assim como na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, 3., todas do Contrato 17/2018/TRE-RO.

2.2 – Da atualização da garantia

10. Ressalte-se que o Contrato n. 17/2018 ([0326462](#)) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA QUARTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a **GARANTIA** no valor de **R\$ 300.822,24** (trezentos mil oitocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual.

[...]

Subcláusula Quarta – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

11. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)** (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.** (Grifou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Nessa linha, deverá a contratada ser **notificada** para apresentar nova garantia no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor aditivado, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta na CLÁUSULA QUARTA do ajuste, conforme já sistematizado na Cláusula Terceira da minuta constante do evento [0638863](#).

2.3 – Da minuta contratual

13. A minuta juntada aos autos (7º Termo Aditivo – [0663413](#)), cabe a esta AJDG analisá-la e aprová-la, consoante dicção do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

14. Assim sendo, em análise de seus aspectos formais, ela contempla as informações suficientes para o propósito dos atos, o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

III – DA CONCLUSÃO

15. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente nas informações da unidade Gestora do Contrato ([0656354](#)), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da indicação de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício ([0663570](#)), esta Assessoria Jurídica opina pela **possibilidade de a Administração** autorizar o acréscimo com fundamento no artigo 65, I, b” e seu § 1º, ambos da Lei 8.666/93 c/c a CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA, I, 2., e sua Subcláusula Primeira, assim como na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, 3., todas do Contrato 17/2018/TRE-RO.

16. Ademais, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93**, o instrumento está apto a produzir os efeitos desejados, dessa feita esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do 7º Termo Aditivo - [0663413](#).

17. Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada na cláusula terceira da minuta do Termo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Aditivo nº 07, com previsão na **Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta** do Contrato nº 17/2018.

18. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO nº 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 24/02/2021, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0664068** e o código CRC **B277CC28**.

0000751-95.2018.6.22.8000

0664068v6

Criado por 004891562321, versão 6 por 004891562321 em 24/02/2021 12:54:23.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000751-95.2018.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA

ASSUNTO: Acréscimo de posto terceirizado - apoio administrativo

DECISÃO Nº 27 / 2021 - PRES/GABPRES

Vistos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os estudos e levantamentos realizados neste autos demonstraram a necessidade de tornar definitivo o posto de trabalho terceirizado (apoio administrativo) que, inicialmente, havia sido contratado em caráter temporário para auxílio às atividades da Seção de Comunicação Social deste Tribunal (SECOMS).

Isso porque a escassez de mão de obra do quadro efetivo, inexistência de concurso público válido e dificuldades de provimento de cargos vagos dificultam o incremento da equipe da SECOMS, que hoje se depara com um grande volume de demandas e frentes de trabalho.

Assim, ao adotar como medida paliativa a conversão do posto de apoio terceirizado em definitivo, surge a necessidade de ajuste no Contrato Administrativo n. 17/2018 ([0326462](#)), firmado com a empresa LIMPAR LIMEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - EPP.

As unidades técnicas informaram que o valor do acréscimo pretendido alcançará o patamar de **R\$ 69.670,68** (sessenta e nove mil seiscentos e setenta reais e sessenta e oito centavos), representando, portanto, cerca de 1,10 % (um vírgula dez por cento) do valor do contrato.

Também foi informado que mesmo computados todos os percentuais de reajuste e o somatório de acréscimos, considerando o aqui pretendido, será de 4,03% (quatro vírgula zero três por cento), dentro, portanto, do limite de 25% estabelecido na Lei 8666/1993, art. 65, §1º, restando também atendido o disposto na Cláusula Vigésima Terceira do contrato.

Consultada, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) **opinou pela possibilidade de autorização do acréscimo pretendido**, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93, c/c a CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA, I, 2, e sua Subcláusula Primeira, assim como na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, 3, todas do Contrato 17/2018/TRE-RO ([0326462](#)).

A AJDG aprovou os termos da minuta do Sétimo Termo Aditivo juntada aos autos pelo evento [0663413](#), por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93. Registrou, ainda, a imprescindibilidade da atualização da garantia contratual, exigência contida na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do Contrato 017/2018, já sistematizada pela minuta do termo aditivo carreado aos autos ([0664068](#)).

Na instrução do feito também foram ouvidas a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) e a Diretoria-Geral, sendo ambas favoráveis ao **acréscimo/manutenção** de 1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(um) posto de apoio administrativo e pela atualização da garantia contratual ([0664107](#)).

Em razão do exposto, considerando a demonstração da necessidade, a possibilidade jurídica, a previsão contratual e, ainda, o suporte orçamentário para o custeio da despesa, inclusive com a realização da programação orçamentária da despesa para o presente exercício (0663570), decido:

1 - Autorizar o acréscimo de 1 (um) posto de apoio administrativo, no período de 02/03/2021 a 01/03/2022, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93, na Cláusula Décima Quinta, Item 3, Cláusula Vigésima Terceira, inciso I, item 2, c/c Subcláusula Primeira da Cláusula Vigésima Terceira, todas do Contrato Administrativo nº 017/2018 ([0326462](#)), conforme minuta do sétimo termo aditivo elaborada pela SECONT ([0663413](#)); e

2 – Determinar a notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo**, com validade durante a execução do Contrato, conforme Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do Contrato 017/2018, já sistematizada pela minuta do termo aditivo carreado aos autos.

À Diretoria-Geral para as providências decorrentes desta Decisão.

Cumpra-se.

Porto Velho, 1º de março de 2021.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/03/2021, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 02/03/2021, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0665533** e o código CRC **63D1E2FA**.

0000751-95.2018.6.22.8000

0665533v10

Criado por 011004602364, versão 10 por 000396362321 em 02/03/2021 14:09:33.